

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**01) A Prefeitura do Município de Valões, através de seu Prefeito, mandou instalar um outdoor na entrada da Cidade com a sua foto e com os seguintes dizeres: “Bem vindo a Valões. Vejam os meus feitos...”. Abaixo da frase, havia um índice com dez itens relacionados a supostos benefícios que o agente político teria entregue à cidade no período de seu mandato. Tendo-se por base a referida conduta do Prefeito, assinale a alternativa correta:**

- a) A conduta é ilegítima, pois o Prefeito violou o princípio da impessoalidade por ter se promovido pessoalmente através da máquina pública.
- b) A conduta é legítima, pois, segundo a Constituição de República de 1988, é dever da Administração agir com transparência.
- c) A conduta é legítima, pois, segundo a Constituição da República de 1988, é dever do Poder Executivo publicar, com amplitude de acesso à informação, de seis em seis meses, os atos praticados pessoalmente pelo Prefeito.
- d) A conduta é ilegítima, pois, segundo a Constituição da República de 1988, o dever de publicar os feitos do Prefeito é do Diretor da Divisão de Imprensa e Periódicos.

**02) Atestídico, servidor público municipal da Prefeitura de Medicinas, com o intuito de não ir trabalhar diariamente, apresentou diversos atestados duvidosos ao setor de saúde ocupacional da Prefeitura. Meses depois, após a apuração devida, constatou-se que Atestídico teria simulado doenças a fim de conseguir as dispensas, tendo sido punido pelo seu superior. A aplicação de punição ao servidor em comento decorre do exercício do:**

- a) Poder regulamentar.
- b) Poder de polícia.
- c) Poder de autotutela.
- d) Poder hierárquico.

**03) Sobre a prescrição no âmbito do direito administrativo e da Administração Pública, é incorreto afirmar:**

a) As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem.

b) A prescrição poderá ser interrompida mais de uma vez.

c) A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.

d) Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, ao reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada líquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la.

**04) Zé Moleza, servidor público municipal da Prefeitura de Descaso, lotado na Procuradoria-Geral do Município no cargo de Consultor Jurídico, ao ser consultado para sanar dúvida jurídica da Secretaria de Infraestrutura e Negócio, emanou parecer apenas com os dizeres “Opino pelo indeferimento.”. Tendo em vista as disposições, as doutrinas e a jurisprudência que regem os atos administrativos, e que a motivação se resume à exposição das razões da prática do referido ato, assinale a assertiva correta no que se refere aos seus elementos:**

- a) O ato está inquinado por vício no objeto.
- b) O ato está inquinado por vício no motivo.
- c) O ato está inquinado por vício na forma.
- d) O ato está inquinado por vício na finalidade.

**05) De acordo com o que prevê a Constituição da República de 1988, no que se refere à Administração Pública, assinale a alternativa correta:**

a) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, devendo, para isso, ser o causador do dano denunciado à lide no processo em que se discute a responsabilidade objetiva do Ente.

b) Em todo caso, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

c) Somente por lei específica poderá ser criada fundação e autorizada a instituição de autarquia, empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

d) A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

**06) De acordo com o que dispõe a Constituição da República de 1988, a respeito dos servidores públicos, é incorreto afirmar:**

a) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.

b) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

c) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral ao tempo de serviço.

d) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

**07) Acerca dos atos de improbidade administrativa e de suas implicações, assinale a alternativa correta:**

a) As ações de improbidade administrativa admitem a celebração de acordo de não persecução cível.

b) O estagiário não está submetido às sanções previstas na Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), porquanto estão vinculados à Legislação própria.

c) Prescrevem em 5 (cinco) anos as ações de ressarcimento por ato doloso de improbidade.

d) O sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da Lei 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) até o dobro do que recebeu por herança.

**08) Oneroso, servidor público municipal, titular da Pasta da Secretaria de Educação do Município de Superfaturamento, pretende adquirir cinco computadores para utilização dos professores do ensino fundamental para o próximo ano letivo. Diante deste fato, Oneroso deverá:**

a) Comprar diretamente os computadores daqueles que desejam fornecer para o Município, independentemente dos valores apurados por cada produto.

b) Comprar diretamente os computadores daqueles que desejam fornecer para o Município, desde que avaliado através do menor preço e haja previsão orçamentária para esta despesa.

c) Realizar concorrência uma vez que os bens selecionados não são padronizados, estando disponíveis no mercado Windows, Linux e Mac, dentre outros.

d) Solicitar ao setor competente a instauração de processo licitatório, a fim de reunir os potenciais fornecedores junto de suas propostas, de acordo com a modalidade e o tipo definido, com o objetivo de atender, dentre outros, aos princípios da concorrência, impessoalidade e melhor proposta para a Administração.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**09) Considerando-se o disposto na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

a) As entidades associativas, independentemente de autorização, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por

habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.

c) A desapropriação não atinge o caráter perpétuo do direito de propriedade, mas sim a posse direta, resguardando-se a incolumidade do direito real do proprietário.

d) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende somente a União, os Estados e o Distrito Federal, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

**10) De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta:**

a) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

b) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, sendo princípios institucionais seus a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, estando vinculado ao Poder Judiciário.

c) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, membros da Advocacia Pública, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão exclusivamente a representação judicial das respectivas unidades federadas.

d) Cabe Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ser originariamente processada e julgada pelo Supremo Tribunal Federal, contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal.

**11) Assinale a alternativa correta de acordo com o entendimento sumulado e vigente do Supremo Tribunal Federal:**

a) Concessão de mandado de segurança produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

b) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

c) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

d) Cabe mandado de segurança contra lei em tese.

**12) Sobre o Poder Judiciário, assinale a alternativa correta:**

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça, precipuamente, a guarda da Constituição.

b) Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso extraordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência.

c) São órgãos da Justiça Federal os Tribunais Regionais Federais, os Juízes Federais e os Juizes do Trabalho.

d) É inconstitucional a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.

**13) Lei municipal que trata de regime jurídico de servidores públicos contém disposições incompatíveis com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Sabendo-se que inexistente direito adquirido a regime jurídico, resguardada a irredutibilidade de vencimentos, é possível dizer que tais normas:**

a) Foram recepcionadas pela nova Constituição.

b) Podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade a ser processada e julgada, originariamente, perante o Supremo Tribunal Federal.

c) Podem ter sua não recepção pela CRFB/88 questionadas através de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

d) Podem ser questionadas perante o Tribunal de Justiça do Estado respectivo mediante representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

#### **14) Sobre os Municípios na Constituição Federal:**

a) O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado, entre outros preceitos.

b) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Judiciário local, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

c) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

d) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

#### **15) Considerando-se julgados recentes do Supremo Tribunal Federal, esta Corte entendeu que:**

a) Os recursos públicos vinculados ao orçamento de estatais prestadoras de serviço público essencial, em regime não concorrencial e sem intuito lucrativo primário não podem ser bloqueados ou sequestrados por decisão judicial para pagamento de suas dívidas, em virtude do disposto no art. 100 da CF/1988, e, entre outros, dos princípios da separação dos poderes e da eficiência da administração pública.

b) Verbas estaduais podem ser objeto de bloqueio, penhora e/ou sequestro para pagamento de valores devidos em ações trabalhistas, desde que as empresas reclamadas detenham créditos a receber da administração pública estadual.

c) As decisões judiciais não se enquadram na definição de “ato do poder público”, afastando o controle concentrado de constitucionalidade via

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que o requisito da subsidiariedade é satisfeito quando inexistente, no caso, outro meio processual eficaz para sanar a lesão a preceito fundamental de forma ampla, geral e imediata.

d) Atos de constrição praticados pela Justiça do Trabalho sobre verbas públicas, sob alegação de que as empresas reclamadas deteriam créditos a receber da administração estadual não violam os princípios do contraditório, da ampla defesa, do princípio do juiz natural, do sistema de precatórios e da segurança orçamentária.

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **16) Sobre a tutela provisória, assinale a alternativa correta:**

a) Ao contrário da tutela de urgência, a tutela de evidência independe da demonstração de perigo de demora na prestação jurisdicional.

b) A tutela provisória conserva sua eficácia na pendência do processo, não podendo ser revogada ou modificada.

c) Durante as férias forenses e nos feriados, não se praticarão atos processuais, incluindo-se a concessão de tutelas provisórias.

d) A tutela de urgência pode ser concedida apenas liminarmente.

#### **17) Concernente as modalidades de intervenção de terceiros, assinale a alternativa correta:**

a) A assistência simples impede a que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação, renuncie ao direito sobre o que se funda a ação ou transija sobre direitos controvertidos.

b) Nas ações para fornecimento de medicamentos, apesar de a obrigação ser solidária entre Municípios, Estados e União, caso o autor tenha proposto a ação apenas contra o Estado-membro, não cabe o chamamento ao processo da União.

c) A chamada desconsideração inversa ou invertida da personalidade jurídica diz respeito à situação

em que o sócio responde com seu patrimônio pessoal quanto a dívidas contraídas pela empresa.

d) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é inaplicável ao processo de competência dos juizados especiais.

**18) Conforme o Código de Processo Civil e a jurisprudência, assinale a assertiva incorreta a respeito do preparo:**

a) A negligência quanto ao recolhimento do preparo é vício formal que não pode ser suprido pelo julgamento do recurso.

b) Os recursos interpostos pelos Municípios são dispensados de preparo, inclusive de porte de remessa e de retorno.

c) É dispensado o recolhimento do porte de remessa e de retorno no processo em autos eletrônicos.

d) O recorrente que fizer o recolhimento a menor do preparo será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro, sob pena de deserção.

**19) No tocante a gratuidade da justiça, assinale a alternativa correta:**

a) Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais.

b) A concessão da gratuidade afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

c) O simples fato de o executado ser beneficiário da assistência judiciária gratuita faz com que ele fique dispensado de garantir o juízo no momento de apresentar embargos à execução.

d) A assistência do requerente da justiça gratuita por advogado particular impede a concessão da gratuidade da justiça.

**20) Assinale alternativa correta a respeito do instituto das astreintes:**

a) É possível que o magistrado, a qualquer tempo, e mesmo de ofício, revise o valor desproporcional das astreintes.

b) O agente público pode ser responsabilizado pessoalmente pelo pagamento das astreintes ainda quando não figure como parte na ação.

c) É incabível a imposição de multa diária ao Poder Público.

d) A decisão que comina astreintes faz coisa julgada.

**21) Sobre a advocacia pública, a luz do novo CPC, assinale a alternativa incorreta:**

a) A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico.

b) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

c) O instrumento de transação referendado pela Advocacia Pública é título executivo judicial.

d) Incumbe à Advocacia Pública, na forma da lei, defender e promover os interesses públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio da representação judicial, em todos os âmbitos federativos, das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta e indireta.

**22) A respeito das disposições gerais sobre os recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa incorreta:**

a) Salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso, os recursos não impedem a eficácia da decisão.

b) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.

c) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

d) O recorrente poderá desistir do recurso a qualquer tempo, sendo desnecessária a anuência do recorrido ou dos litisconsortes.

## DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

### 23) Acerca das disposições contidas no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66), assinale a alternativa correta:

- a) A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- b) A imposição de penalidade ilide o pagamento integral do crédito tributário.
- c) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.
- d) Salvo disposição de lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário afasta a incidência de juros e multas.

### 24) Assinale a alternativa que apresenta hipótese de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, nos termos previstos no Código Tributário Nacional:

- a) Isenção.
- b) Conversão de depósito em renda.
- c) Transação.
- d) Parcelamento.

### 25) Considerando a disciplina prevista na Constituição Federal, assinale a alternativa correta:

- a) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- b) Cabe à Lei Ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- c) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e o Municípios podem, livremente, instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

### 26) Relativamente à Lei de Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80), é possível afirmar que:

- a) Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita por meio de edital.
- b) Admite-se a apresentação de embargos do executado mesmo antes de garantida a execução.
- c) Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, é vedado o oferecimento de fiança bancária ou seguro garantia.
- d) A execução fiscal pode ser promovida, por exemplo, contra o devedor e os sucessores a qualquer título.

### 27) Considerando os entendimentos sumulados pelo STJ, é correto afirmar que:

- a) O locatário detém plena legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado e para repetir indébito desses tributos.
- b) É cabível e adequado o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.
- c) Cabe à legislação municipal estabelecer o sujeito passivo do IPTU.
- d) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo o débito fiscal não é suficiente para constituir o crédito tributário, sendo exigidas outras providências por parte do fisco.

### 28) De acordo com as disposições constantes da Constituição Federal de 1988, é incorreto afirmar que:

- a) É vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- b) Leis de iniciativa do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- c) É vedado o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual.
- d) É vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de

programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

## **DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO**

**29) Em 2006, Tício foi contratado pela Administração Pública como servidor, para o exercício de cargo efetivo, sem que houvesse a sua prévia aprovação em concurso público. Nesse caso, nos termos de entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho:**

- a) Tício não terá qualquer direito, uma vez que o contrato é nulo.
- b) Tício terá direito apenas ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor do salário mínimo.
- c) Tício terá direito apenas ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor do salário mínimo, bem como férias, terço de férias e seguro-desemprego.
- d) Tício terá direito apenas ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, bem como aos valores referentes aos depósitos do FGTS.

**30) No que diz respeito às inovações provocadas pela Reforma Trabalhista, é correto afirmar que o tempo despendido pelo empregado da sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno:**

- a) Não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.
- b) Não será computado na jornada de trabalho, salvo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer condução.
- c) Não será computado na jornada de trabalho, exceto se for por meio de transporte fornecido pelo empregador.

d) Será computado na jornada de trabalho, exceto se for por meio de transporte fornecido pelo empregador.

**31) Marcelino trabalha em empresa terceirizada que presta serviços ao Município de Miguelópolis. Após meses sem receber, ele ajuíza reclamação trabalhista pedindo as verbas devidas. O juiz do Trabalho sentencia condenando o Município, de forma automática, ao pagamento dos referidos encargos, sob o fundamento de responsabilidade subsidiária. O Tribunal Regional do Trabalho confirmou a sentença condenatória e, na sequência, foi negada o seguimento do Recurso de Revista interposto pelo Município, em decisão monocrática do Presidente do TRT. Após a interposição de agravo de instrumento pela municipalidade em face dessa decisão, o TST negou seguimento ao Recurso de Revista por ausência de transcendência da controvérsia e determinou a baixa imediata dos autos. Diante disso, o Município ajuizou reclamação ao STF sob o fundamento de usurpação de competência. Ao apreciar a demanda, consoante posicionamento mais recente do STF, deve:**

- a) Ser negado seguimento à reclamação por inexistência de usurpação de competência do STF, uma vez que, ao examinar os requisitos de admissibilidade do recurso de revista e negar seguimento por ausência de divergência jurisprudencial, o TST exerceu competência própria, prevista na CLT.
- b) Ser negado seguimento à reclamação, uma vez que, de acordo com precedente vinculante do STF, a mera inadimplência do empregador enseja a responsabilidade da Administração Pública.
- c) Ser cassada a decisão reclamada para que se afaste a responsabilidade subsidiária do Estado, uma vez que o STF já reconheceu a repercussão geral sobre o tema, sendo incompatível o reconhecimento, pelo TST, da ausência de transcendência da matéria.
- d) Ser negado seguimento à reclamação, uma vez que é inviável o reexame de material fático-probatório dos autos, a fim de rever a caracterização da omissão do Poder Público.

**32) Considere a seguinte situação hipotética: a autarquia municipal X foi demandada em uma reclamação trabalhista por Albertina, sob o fundamento de que havia deixado de pagar horas extras supostamente devidas. Devido a inexistência de apresentação de defesa pela referida autarquia, foi prolatada sentença em seu desfavor. À luz do entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, marque a alternativa CORRETA:**

- a) Tendo em vista a repercussão financeira sobre os cofres municipais, independentemente de previsão legal ou mandato válido, é possível que o Município interponha recurso em nome da autarquia.
- b) Os procuradores que defendem as autarquias são sempre os mesmos que defendem os Municípios.
- c) O Município não possui legitimidade para recorrer em nome da autarquia, haja vista ser detentora de personalidade jurídica própria.
- d) Ainda que houvesse designação em lei da unidade da federação, os procuradores do Município não poderiam defender a autarquia X pelo fato de não haver interesse jurídico na demanda.

**33) No que se refere à (in)competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta:**

- a) As ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os órgãos da administração pública direta e indireta, independentemente do regime jurídico de seus servidores, apenas ficando excepcionadas as demandas que competem à Justiça Federal Comum.
- b) De acordo com o STF, a justiça do trabalho não é competente para apreciar as demandas referentes a fase pré-contratual, de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face de pessoas jurídicas de direito privado integrantes da administração indireta, ainda que o vínculo seja regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) A justiça do trabalho é competente para julgar as ações que envolvem o exercício do direito de greve, inclusive dos servidores públicos civis e militares da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

d) Cabe à justiça do trabalho julgar os crimes contra a organização do trabalho.

#### **DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

**34) O Ministério Público ingressou com Ação Civil Pública em face de Incorporadora Lote Fácil Ltda. e do Município X, requerendo a regularização de loteamento realizado sem conhecimento e aprovação prévia da Prefeitura, bem como a demolição de todas as construções. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:**

- a) A Procuradoria do Município deve obrigatoriamente defender a validade do loteamento por estar circunscrito no Município, ainda que tenha ciência da irregularidade do ato, pois a ela cumpre exercer a defesa judicial do Chefe do Executivo.
- b) A Procuradoria do Município pode requerer a migração da municipalidade para o polo ativo da demanda a fim de auxiliar o Ministério Público como litisconsorte, desde que demonstrado o interesse público na medida.
- c) Em caso de fraude, ainda que destituída de má-fé, o autor responsável pela propositura da ação será condenado ao décuplo dos honorários advocatícios e às custas judiciais, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- d) O Ministério Público não pode se valer da Ação Civil Pública para requerer a regularização de loteamento clandestino por já ser titular do inquérito civil, competindo à Procuradoria-Geral do Município a propositura da Ação.

**35) Sobre a ação popular, é correto afirmar:**

- a) O prazo de contestação é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por mais 15 (quinze), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.
- b) Para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer administrativamente ao Município as certidões e informações que julgar necessárias, bastando para isso indicar a finalidade das mesmas, ainda que haja sigilo imposto por interesse público justificado;

c) A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

d) É facultado a qualquer pessoa ou entidade se habilitar como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular.

### **36) Sobre a saúde pública, é correto afirmar:**

a) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

b) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes do setor privado, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as com fins lucrativos.

c) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo quando autorizado pelo Chefe do Executivo, observada a licitação.

d) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso limitado ao local em que reside o cidadão e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

### **37) A Estância Turística de Bom Ar é reconhecida pela preservação de seu bioma de mata atlântica, possuindo leis urbanísticas e ambientais rigorosas para a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Chaminés Empreendimentos Ecológicos Ltda., objetivando instalar 200 chaminés industriais em usina nuclear lá regularmente instalada e autorizada, impetra mandado de segurança preventivo em face da Estância Turística de Bom Ar para que as restrições ambientais e urbanísticas não restrinjam sua atividade econômica e livre iniciativa. Sobre a situação hipotética, é correto afirmar:**

a) A empresa não tem razão, pois todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem dominical do Estado e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

b) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei municipal, sem o que não poderão ser instaladas.

c) A empresa está correta, pois a livre iniciativa prepondera em face do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

## **DIREITO CIVIL**

### **38) Mario, motoboy autônomo, tropeçou em encanamento que estava exposto em rua pública por conta de obras feitas por ocupante de cargo em comissão do Município X. Mário auferia renda de R\$ 2.000,00 mensais pelos seus serviços de entrega, do qual ficou impossibilitado de continuar realizando por conta de ter torcido o pé, tendo de ficar 3 meses afastado por orientação médica atestada em laudo médico circunstanciado. Diante do caso e considerando a responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos, é correto afirmar:**

a) O ocupante de cargo em comissão não responde administrativa ou civilmente por não ser servidor efetivo.

b) O Município não responde pelo acidente, cabendo apenas ao ocupante do cargo comissionado arcar com a indenização em razão de sua responsabilidade subjetiva.

c) Se preenchidos os requisitos para responsabilização do Município, a indenização, além das despesas do tratamento e lucros cessantes até ao fim da convalescença, incluirá pensão correspondente à importância do trabalho para que se inabilitou, ou da depreciação que ele sofreu, assegurada à municipalidade a ação de regresso em face do ocupante do cargo comissionado.

d) O Município e o ocupante do cargo em comissão responderão com base na responsabilidade civil objetiva calcada na teoria do risco administrativo.

### **39) A Secretaria de Meio Ambiente encaminhou à Procuradoria-Geral do Município X consulta jurídica sobre ato praticado por Secretário da**

**gestão anterior, indagando se seria possível anulá-lo por aparente vício de nulidade. A Procuradoria, com base na LINDB (Decreto-Lei Federal nº 4.657/1942), deverá opinar, preliminarmente, no sentido de que:**

a) Na aplicação de normas de gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, ainda que gere ônus aos direitos dos administrados.

b) As circunstâncias práticas para a prática do ato são irrelevantes para análise de ato fundamentado em orientação normativa equivocada, porém vinculante.

c) Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

d) Nas sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta a dosimetria das demais sanções relativas ao mesmo fato, independentemente de suas naturezas.

**40) José ingressa com ação de usucapião em face do Município X, ao argumento de que havia firmado contrato verbal com a Prefeitura para ocupar bem público de uso comum do povo, lá exercendo posse mansa e pacífica por 15 anos. Sobre o tema, é correto afirmar:**

a) José não tem direito à usucapião em razão de a ocupação de bem público configurar mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

b) José pode postular a usucapião ordinária por possuir justo título consistente no contrato realizado com a Prefeitura.

c) José não tem direito à pretensão por ser o bem público imprescritível e insuscetível de usucapião, tendo direito à indenização por benfeitorias necessárias e úteis, desde que haja autorização da Prefeitura quanto à última.

d) José não tem direito à pretensão por ser o bem público imprescritível e insuscetível de usucapião, tendo direito apenas à indenização por benfeitorias necessárias, excluídas as benfeitorias úteis e voluptuárias, podendo retirar estas últimas, desde que não desnature o bem principal.

## CASO CONCRETO

Bernardo, residente no Município de Águas Fortes, ao transitar pelo Município de Matagais, em 01/04/2015, estacionou seu carro na via pública enquanto ia ao Shopping. Minutos depois, em decorrência de fortíssima chuva que assolou a região, houve a queda de uma árvore que estava próxima ao seu veículo, tendo ele sido devastado.

Por Bernardo estar sem tempo, sua mãe, Regina, ajuizou um processo indenizatório contra o Município de Matagais, em 30/08/2021, em nome de Bernardo, requerendo o pagamento de dano material e dano moral, por conta do prejuízo sofrido pela queda da árvore.

No momento do ajuizamento, elegeu corretamente como foro a Comarca de Matagais, tendo o feito sido distribuído para a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Matagais.

Sustenta que a árvore estava em péssimas condições de conservação, cuja manutenção seria de responsabilidade do Município de Matagais, e teria sido fundamental para evitar a sua queda.

O Município de Matagais foi citado pela via postal para se manifestar.

Em face ao caso acima exposto, de forma **sucinta**, responda:

- 1) Qual é a peça processual cabível no caso por parte do Município de Matagais? (5,0 pontos)
- 2) Qual é o prazo para apresentação desta peça? Há diferença de prazo em relação à Fazenda Pública? (10,0 pontos)
- 3) Considerando o prazo inicial para se manifestar em 15/09/2021, e o calendário auxiliar abaixo, qual é o último dia para o protocolo da manifestação por parte da Procuradoria do Município? (5,0 pontos)
- 4) Qual é o endereçamento correto da referida peça? (5,0 pontos)
- 5) Qual(is) questão(ões) processual(ais) [preliminar(es)] pode(m) ser arguida(s) pela Procuradoria do Município neste caso? (14,0 pontos)
- 6) Qual(is) a(s) defesa(s) de mérito que podem ser apresentadas pela Procuradoria do Município neste caso? (21,0 pontos)

Setembro						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

Outubro						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	<del>11</del>	<del>12</del>	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

11/outubro: Ponto facultativo

12/outubro: Feriado

## QUESTÃO DISSERTATIVA 01

José, funcionário da concessionária prestadora do serviço público de fornecimento de gás canalizado, realizava reparo na rede subterrânea, quando deixou a tampa do bueiro aberta, sem qualquer sinalização, causando a queda de Maria, transeunte que caminhava pela calçada.

Maria, que trabalha como faxineira diarista, quebrou o fêmur da perna direita em razão do ocorrido e ficou internada no hospital por 60 dias, sem poder trabalhar.

Diante da situação hipotética apresentada, responda de forma fundamentada:

- a) Quem deve figurar no polo passivo de eventual demanda judicial? (10,0 pontos)
- b) Trata-se de hipótese de responsabilidade objetiva ou subjetiva? (5,0 pontos)
- c) É necessário a prova de dolo ou culpa de José no presente caso? (5,0 pontos)

## QUESTÃO DISSERTATIVA 02

Em relação ao Mandado de Segurança, e a Lei 12.016/2009, que o regulamenta, destaque:

- a) A definição de autoridade coatora, qual o seu prazo para se manifestar, em primeira oportunidade, nos autos judiciais, e o *nomen juris* de sua manifestação. (10,0 pontos)
- b) A qualidade na qual o órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada atuará. (5,0 pontos)
- c) O recurso cabível de eventual decisão liminar que antecipe os efeitos pretendidos pela parte impetrante. (5,0 pontos)